



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12530 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

**REFLEXÕES INICIAIS ACERCA DAS INFLUÊNCIAS DA NOVA GESTÃO PÚBLICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DA PARAÍBA A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL (PECI)**

Renata Kalliane Menezes Alves - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE- UFCG

Luciana Leandro da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

**REFLEXÕES INICIAIS ACERCA DAS INFLUÊNCIAS DA NOVA GESTÃO PÚBLICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA DA PARAÍBA A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL (PECI)**

## **1 INTRODUÇÃO**

No início dos anos de 1990, profundas transformações foram sentidas no Brasil com a intensificação das políticas neoliberais em todos os setores da sociedade civil pautando-se na modernização e na melhoria da economia do país no cenário mundial, reafirmando os ideais de eficiência, competitividade e otimização dos resultados.

Na educação, essas mudanças foram evidenciadas com a padronização do sistema de ensino, a mecanização do processo e a busca contínua pela formação do capital humano, onde se buscava a constituição de um sujeito capaz de executar múltiplas tarefas, adaptado ao mercado de trabalho (SAVIANI, 2021). Políticas educacionais advindas de outros países e com características neoliberais começaram a ser implementadas, bem como novos modelos de gerenciamento dos serviços públicos. Nesse sentido, nosso objeto de estudo são as influências da Nova Gestão Pública nas reformas ocorridas na educação básica paraibana no período de 2015-2018. Portanto, buscamos responder ao seguinte problema de pesquisa: como a Nova Gestão Pública (NGP) vem avançando na educação básica da rede estadual de ensino na Paraíba a partir da implementação das Escolas Cidadãs Integrais? Dessa forma, objetiva-se refletir sobre as características da NGP, verificar suas influências nas políticas

educacionais implementadas na educação básica da rede estadual da Paraíba, em especial, a partir da implantação do Programa Escola Cidadã Integral (PECI) e analisar o papel do gestor escolar como agente responsável pela otimização dos resultados nas escolas cidadãs integrais.

A metodologia aqui utilizada parte de uma análise bibliográfica e documental, recorrendo-se a plataformas como o *Google School*, Scielo, Catálogo de teses e dissertações da Capes e ao documento da Tecnologia de Gestão Educacional -TGE, o qual norteia todo o trabalho do gestor escolar. Trata-se de uma pesquisa em andamento desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED/UFCG), linha de pesquisa História, Política e Gestão Educacionais. Empreendem-se esforços para sua realização à luz do materialismo histórico e dialético sabendo das contradições existentes nesse Programa, selecionando categorias de análise como a totalidade, a historicidade e a hegemonia a fim de evidenciar a luta de classes na educação (CURY, 1985).

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Nova Gestão Pública (NGP) na educação: reflexões necessárias**

A partir dos anos de 1990, novos padrões de políticas educacionais começam a ganhar destaque no cenário brasileiro, com base no gerencialismo e na lógica do *accountability*, baseada no uso intensivo das avaliações externas e na introdução de mecanismos de prestação de contas e de responsabilização. A maneira como a escola era organizada muda de um perfil mais democrático para uma vertente baseada na racionalidade neoliberal, que compreendem a educação pela ótica da economia (DUARTE, 2019). Portanto, a incorporação NGP passa a fazer parte do cotidiano das escolas públicas, concebida como um Programa de reforma do setor público que utiliza mecanismos de gestão empresarial com fins de otimizar a eficiência dos serviços públicos (MARQUES, 2020).

Sua associação com o discurso neoliberal se relaciona com a intencionalidade de tornar a educação mais funcional, de produzir uma escola firmada em padrões de mercado que colabora com a manutenção da força de trabalho. Passa a ser pauta nas Agendas dos governantes e consolida-se com as privatizações das estatais (SILVA; RICHTER, 2018). Com isso, abre-se caminho para as instituições filantrópicas, que passam a ter objetivo de “consertar” os problemas e adaptar a escola para as novas relações impostas pelo capitalismo globalizado (SOUZA, 2020).

A NGP ganha maior destaque nos governos de Fernando Henrique Cardoso, onde o Brasil incorporava várias políticas neoliberais, em nome da reestruturação no Estado, cujos mecanismos se podem precisar, a saberem:

adoção de mecanismos de racionalidade técnica, privatização, responsabilização de agentes públicos, adoção de parcerias público-privadas, contratos de gestão empresarial, além da provisão de recursos financeiros estatais conectados com desempenho, resultados e metas a serem alcançadas (SILVA; PACHECO, 2021. p. 1247).

Dessa forma, a NGP vem colaborar com essas medidas ao instaurar uma nova maneira de pensar a gestão pública, em especial, a gestão da escola. Advoga para si o mérito de trazer para o ambiente escolar uma melhoria na redução das desigualdades, nos resultados educacionais e na promoção da justiça social (DUARTE, 2019).

Conseqüentemente, a busca pela melhoria dos resultados nas avaliações externas passa a fazer parte do planejamento das escolas e de seus gestores, sobrecarregando, tanto professores, como alunos. Assim, a NGP passa a fazer parte do cotidiano do gestor escolar, na lógica de um Estado eficiente, mas que pouco se preocupa em oferecer recursos para que suas metas possam ser alcançadas (OLIVEIRA; DUARTE; CLEMENTINO, 2017).

## **2.2 Nova Gestão Pública na rede de ensino da Paraíba**

Na Paraíba, essa lógica empresarial na educação aparece de forma mais explícita por meio da criação do Programa Escola Cidadã Integral (PECI). Este foi implementado mediante os decretos nº 36.408 e nº 36.409, ambos de 30 de novembro de 2015 e se consolidaram em 2018, com a Lei nº 11.100. Naquele momento, foi firmado um convênio com o Instituto de Corresponsabilidade da Educação (ICE), o qual se caracteriza como uma Organização Social (OS) que vem atuando e influenciando diretamente na implementação de escolas em tempo integral, sob o paradigma da “escola da escolha”, em conjunto com parceiros como o Instituto Natura e o Instituto Sonho Grande.

O foco principal do ICE com as escolas integrais está no “fortalecimento do projeto de vida dos estudantes”, em possibilitar a eles o desenvolvimento de um espírito empreendedor e sob o *slogan* de uma “educação de excelência”, pedagogia da presença e educação pelo trabalho, voltados para o fortalecimento individual e o crescimento econômico (LEITE, 2019).

Toda a estrutura das escolas cidadãs integrais seguem o direcionamento do ICE, o currículo normativo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as disciplinas do currículo integral, sendo estas: Projeto de Vida, Estudo Orientado, Eletivas, Nivelamento de Português e Matemática e Avaliações Semanais.

No que diz respeito a gestão escolar, esta pauta na educação pelo trabalho e na liderança servidora, em que palavras como eficácia, eficiência e efetividade fazem parte dos objetivos do trio gestor, que de acordo com a lei nº 11.100/2018 diz respeito ao gestor, coordenador financeiro (CAF) e o coordenador pedagógico. O instrumento que norteia o processo de gestão parte da Tecnologia de Gestão Educacional -TGE. Essa concepção é

trazida da organização Odebrecht, com uma filosofia de vida pautada no trabalho (ICE, 2016), além de adotar para a gestão escolar ferramentas gerenciais, que vem otimizar os resultados, valendo-se mais da prática do que da teoria (ICE, 2016).

A gestão escolar torna-se crucial, pois, parte dela o sucesso para a realização das metas, e a melhoria da qualidade de ensino. Logo nas escolas cidadãs integrais os conceitos empresariais são assimilados por toda a equipe escolar, tratando-se de um processo unidimensional e automático (LEITE, 2019), por vezes assimilando-se a uma esteira de produção fordista.

## **2.4 Resultados e discussões preliminares da pesquisa**

Por meio das análises preliminares que estamos construindo no âmbito da pesquisa, tem sido possível observar que com a implementação do PECEI a escola passa a centrar sua atenção na formação tecnológica e na competitividade para formar mão de obra especializada que promova o desenvolvimento do Estado (TREVISOLO; ALMEIDA, 2019). Nessa concepção, o gestor seria um agente que busca esforços para liderar a escola e alcançar uma visão de futuro em busca da excelência (ICE, 2016). Outros aspectos que se relacionam à NGP ou gerencialismo são a busca contínua por resultados e o cumprimento de metas.

A gestão das escolas cidadãs integrais por meio da Tecnologia de Gestão Educacional (TGE) segue a lógica empresarial, otimizando resultados a partir do uso de tecnologias educacionais de *know how*, ou seja, partindo-se do conhecimento que cada membro escolar possui (ICE, 2016). Entende-se que se trata de um projeto de gestão gerencial, tecnicista e pragmatista, baseado no modelo da empresa privada e que se pauta numa visão estreita e reducionista acerca da relação trabalho-educação, entendendo a educação meramente como preparação para o mercado de trabalho (SAVIANI, 2021).

Portanto, o trabalho do diretor passa a reforçar mecanismos de regulação e monitoramento do trabalho docente, associados ao cumprimento do plano de ação produzido pela escola, com metas a serem cumpridas anualmente, assim como pelo programa de ação da equipe gestora e dos professores, que devem estar articulados e que precisam ser alimentados bimestralmente, de modo que suas ações sejam expostas para a comunidade escolar mediante a agenda bimestral.

Dessa forma, ao trazer para o ambiente escolar formas de gestão que se assemelham ao setor privado, a figura do gestor muda de forma significativa assumindo uma nova perspectiva, atuando como um verdadeiro animador, articulando todo o seu planejamento, organização e controle das atividades, funções e recursos (DUARTE, 2019) em prol da melhoria dos resultados acadêmicos.

Outra forma de regulação se dá por meio das avaliações externas e em larga escala, a busca pela melhoria dos indicadores e do posicionamento da escola nos rankings, algo que

tem direcionado todo o planejamento pedagógico. Além disso, existem também as avaliações semanais que são feitas no chão da escola, bem como das avaliações de entrada e saída nas disciplinas de nivelamento de português e matemática.

Constata-se que com a implementação das escolas cidadãs integrais e com a atuação de empresas privadas focadas na formação da educação da classe trabalhadora, trazendo ideias de projeto de vida, educação de excelência, empreendedorismo, mas por trás de tudo isso, o ensino tecnicista alicerçado na ideia de pautar-se pelo neotecnicismo com vistas a aprender a aprender (SAVIANI, 2021).

Assim, podemos entender que mecanismos da NGP estão cada vez mais presentes no setor educacional, maximizando resultados e reafirmando a lógica da qualidade total (DARDOT; LAVAL, 2016). Nesse sentido, é preciso entender que essa ideia de qualidade total se relaciona com o tempo histórico em que se insere e que, no âmbito da educação, esta vem sendo pautada no ideário de resultados obtidos pelas avaliações externas (MARQUES, MENDES; DE LIMA MARANHÃO, 2019).

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As leituras e análises realizadas até o momento, permitem compreender que as relações entre sociedade e educação estão em constante processo de disputa e mudança, bem como as próprias relações com o saber e que a formação de um sujeito crítico, que deveria ser a base da formação escolar, vem dando lugar à formação do capital humano. A gestão escolar passa a se pautar no gerencialismo, usando os resultados dos testes padronizados como um dos indicativos de melhoria da educação. A própria figura do diretor passa a servir aos interesses políticos quando estes se fazem presentes nesse cargo mediante nomeação política.

Com a participação das OS na educação escolar, novos padrões de organização do trabalho docente e da gestão escolar começaram a fazer parte do dia a dia das escolas. O fato é que a educação, enquanto direito de todos e dever do Estado, está aos poucos passando para as instituições privadas e estas vem aumentando suas redes de influência na política educacional. De fato, a rede estadual de ensino da Paraíba segue esse mesmo padrão e com a implantação das escolas cidadãs integrais e por meio das chamadas “parcerias” público-privadas, assim como a educação com vistas a formação do capital humano.

Trata-se apenas de algumas reflexões iniciais, suscitadas pelas leituras e observações que viemos fazendo acerca da presença de alguns dos mecanismos constitutivos da NGP na rede estadual de ensino na Paraíba, os quais merecem ser debatidos e aprofundados ao longo desse processo de pesquisa em andamento.

## REFERÊNCIAS

DAROT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Trad. Mariana Echalar. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Alexandre William Barbosa et al. **A nova gestão pública na educação em Minas Gerais e Pernambuco: as políticas, os atores e seus discursos**. 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/32681>. Acesso:12 mai.2022.

I C E . **Instituto de Corresponsabilidade pela Educação**. Disponível em: <https://icebrasil.org.br/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

LEITE, Maria Eduarda Pereira. **Programa de educação integral na Paraíba: uma análise da política educacional sob a égide da racionalidade neoliberal**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/17122>. Acesso em 10 jun. 2022.

MARQUES, Luciana Rosa. Repercussões da nova gestão pública na gestão da educação: um estudo da rede estadual de Goiás. **Educar em Revista**, v. 36, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/sZktftH73Rxt4DnHCmKrnFp/?format=html&lang=pt>. Acesso em:16 jun.2022.

MARQUES, Luciana Rosa; MENDES, Juliana Camila Barbosa; DE LIMA MARANHÃO, Iágrici Maria. A nova gestão pública no contexto da educação pernambucana e a qualidade educacional. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 35, n. 2, p. 351, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/vol35n22019.95409>. Acesso em: 14 jun. 2022.

OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. W. B.; CLEMENTINO, A. M. A Nova Gestão Pública no contexto escolar e os dilemas dos(as) diretores(as). **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 707–726, 2017. DOI: 10.21573/vol33n32017.79303. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/79303>. Acesso em: 23 jun. 2022.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 6ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

SILVA, M. V.; RICHTER, L. M. A adoção da nova gestão pública nas agendas governamentais em diferentes países: influências nas reformas educacionais e no ensino médio mineiro. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. esp3, p. 1276–1296, 2018. DOI: 10.22633/rpge.v22iesp3.12012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/12012>. Acesso em: 21 jun. 2022.

SOUZA, Iael de. **A Pedagogia Gerencialista do Capital: neoliberalismo, empresariamento e mercadorização da educação “pública”-estatal (Fundação Lemann, Instituto Unibanco e o Estado do Piauí–2003/2017)**. 2020. Tese de Doutorado. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas, SP.

TREVISOL, M. G.; ALMEIDA, M. de L. P. de. A incorporação da racionalidade neoliberal na educação e a organização escolar a partir da cultura empresarial. **Revista Educação e Emancipação, [S. l.]**, v. 12, n. 3, p. p.200–222, 2019. DOI: 10.18764/2358-4319.v12n3p200-222. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/12409>. Acesso em: 16 jun. 2022